



2º Simulado

TJ RJ

Técnico de Atividade Judiciária
Pós-Edital

Simulado

TJ-RJ Técnico de atividade Judiciária – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TJ-RJ.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-13-11>

- | | |
|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 31 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 32 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 33 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 34 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 35 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 36 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 37 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 38 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 39 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 40 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 26 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 27 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 28 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 29 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 30 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Suellen Borges

A metamorfose

Luis Fernando Veríssimo

Uma barata acordou um dia e viu que tinha se transformado num ser humano. Começou a mexer suas patas e viu que só tinha quatro, que eram grandes e pesadas e de articulação difícil. Não tinha mais antenas. Quis emitir um som de surpresa e sem querer deu um grunhido. As outras baratas fugiram aterrorizadas para trás do móvel. Ela quis segui-las, mas não coube atrás do móvel. O seu segundo pensamento foi: “Que horror... Preciso acabar com essas baratas...”

Pensar, para a ex-barata, era uma novidade. Antigamente ela seguia seu instinto. Agora precisava raciocinar. Fez uma espécie de manto com a cortina da sala para cobrir sua nudez. Saiu pela casa e encontrou um armário num quarto, e nele, roupa de baixo e um vestido. Olhou-se no espelho e achou-se bonita. Para uma ex-barata. Maquiou-se. Todas as baratas são iguais, mas as mulheres precisam realçar sua personalidade. Adotou um nome: Vandirene. Mais tarde descobriu que só um nome não bastava. A que classe pertencia?... Tinha educação?... Referências?... Conseguiu a muito custo um emprego como faxineira. Sua experiência de barata lhe dava acesso a sujeiras mal suspeitadas. Era uma boa faxineira.

Difícil era ser gente... Precisava comprar comida e o dinheiro não chegava. As baratas se acasalam num roçar de antenas, mas os seres humanos não. Conhecem-se, namoram, brigam, fazem as pazes, resolvem se casar, hesitam. Será que o dinheiro vai dar? Conseguir casa, móveis, eletrodomésticos, roupa de cama, mesa e banho. Vandirene casou-se, teve filhos. Lutou muito, coitada. Filas no Instituto Nacional de Previdência Social. Pouco leite. O marido desempregado... Finalmente acertou na loteria. Quase quatro milhões! Entre as baratas, ter ou não ter quatro milhões não faz diferença. Mas Vandirene mudou. Empregou o dinheiro. Mudou de bairro. Comprou casa. Passou a vestir bem, a comer bem, a cuidar onde põe o pronome. Subiu de classe. Contratou babás e entrou na Pontifícia Universidade Católica.

Vandirene acordou um dia e viu que tinha se transformado em barata. Seu penúltimo pensamento humano foi: “Meu Deus!... A casa foi dedetizada há dois dias!...” Seu último pensamento humano foi para seu dinheiro rendendo na financeira e que o safado do marido, seu herdeiro legal, o usaria. Depois desceu pelo pé da cama e correu para trás de um móvel. Não pensava mais em nada. Era puro instinto. Morreu cinco minutos depois, mas foram os cinco minutos mais felizes de sua vida.

Kafka não significa nada para as baratas...

Fonte: <https://contobrasileiro.com.br/a-metamorfose-cronica-de-luis-fernando-verissimo/> Acesso em 10/11/2021

- 01.** No primeiro período do terceiro parágrafo do texto 1, a expressão “Difícil era ser gente” faz referência
- a) à tensão entre ser um humano e ser uma barata.
 - b) à dificuldade de uma ex-barata viver como um humano.
 - c) ao fato de que ser barata é menos vantajoso do que ser um humano.
 - d) à transformação de Vandirene em uma barata.
 - e) à perspectiva de Vandirene quanto a sua própria condição de inseto.

- 02.** Mantendo-se os sentidos e a correção gramatical do segundo parágrafo do texto 1, o trecho “Pensar, para a ex-barata, era uma novidade. Antigamente ela seguia seu instinto.” poderia ser substituído por
- a) Pensar era uma novidade para a ex-barata, tendo em vista que antigamente ela seguisse seu instinto.
 - b) Uma vez que antigamente a ex-barata seguiria seu instinto, acabaria sendo uma novidade pensar.
 - c) Pensar era uma novidade para a agora ex-barata, já que antigamente ela seguia seu instinto.
 - d) Novidade era que agora a ex-barata pensava – fato congruente com seu instinto de outrora.
 - e) Pensar, ainda que barata, era novidade para quem agora deixava de seguir seu instinto.

- 03.** Do trecho “Kafka não significa nada para as baratas...”, no último parágrafo do texto, é possível
- a) constatar que Kafka era o nome do marido de Vandirene, reportado no texto como sendo o herdeiro legal da fortuna da mulher, que volta a ser inseto.
 - b) observar que o marido de Vandirene, Kafka, é retratado como insignificante para ela a partir do momento em que ela volta a ser barata.
 - c) verificar que Kafka é o nome dado a uma nova personagem dentro da crônica, mas que dela não participa em totalidade.
 - d) constatar que Kafka é um autor com o qual a crônica de Veríssimo estabelece intertextualidade.
 - e) entender que Kafka não significa nada para as baratas porque ele mesmo é uma delas.

04. Em relação à ideia expressa no último período do segundo parágrafo, apresenta-se uma noção de

- a) explicação
- b) comparação
- c) condição
- d) consequência
- e) oposição

05. Em cada uma das opções a seguir é apresentada uma proposta de reescrita para o seguinte trecho: “Passou a vestir bem, a comer bem, a cuidar onde põe o pronome.” Assinale a opção em que a reescrita proposta mantém a correção gramatical e os sentidos originais do trecho.

- a) Ela vestia-se bem e comia bem além de agir com cautela com relação ao uso do pronome.
- b) Vandirene, outrora barata agora come bem, veste bem e usa os recursos formais da língua portuguesa.
- c) Passou a vestir-se adequadamente e a comer bem usando recurso da norma culta da língua.
- d) Vandirene começou a vestir-se bem, a comer bem, a ter cuidado com a norma oficial da língua em relação à posição do pronome.
- e) Ela vestiu-se bem, comeu bem, cuidou dos pronomes.

06. No trecho “Que horror... Preciso acabar com essas baratas...”, as aspas foram usadas para

- a) destacar, dentro do texto, a necessidade de a personagem eliminar as baratas.
- b) apontar, dentro da crônica, para falas diretas que foram ditas pela personagem.
- c) sinalizar a mudança de narrador dentro do fragmento.
- d) ironizar um pensamento dentro do parágrafo.
- e) sugerir ao leitor que se trata de um fragmento retirado de outro texto.

07. No segundo período do terceiro parágrafo, o trecho “Precisava comprar comida e o dinheiro não chegava” tem a palavra “e” com valor semântico de

- a) adição.
- b) contraste.
- c) retificação.
- d) contiguidade.
- e) conclusão.

08. No texto 1, a palavra “instinto”, em suas duas ocorrências, está relacionada

- a) à capacidade generalizada de não raciocinar, inata também aos insetos.
- b) às ações humanas motivadas por impulso, tal qual o indivíduo quando em condição de pobreza ou fome.
- c) à faculdade de pensar como um inseto, não como um humano.
- d) à dualidade existente entre natureza humana e natureza animal.
- e) ao exercício inconsciente de seres como as baratas, cujas ações são voltadas à garantia da sobrevivência.

09. No primeiro parágrafo, o vocábulo “grunhido” foi empregado com o mesmo sentido de

- a) resmungar
- b) bramir
- c) urrar
- d) bradar
- e) retumbar

10. Com relação aos sentidos do texto, é correto afirmar que

- a) a vida dos insetos é ironizada em contraponto à vida de uma mulher comum da classe média baixa brasileira.
- b) a crônica de Verissimo apresenta crítica ao processo de desumanização dos insetos, criticando a condição humana em vários sentidos.
- c) o terceiro parágrafo aduz à descrição de um perfil relativamente comum, com referência a características encontradas em determinada parcela de mulheres brasileiras.
- d) o nome “Vandirene” é popular e pode ser atribuído tanto à mulher como à barata.
- e) ao opor mundo interior e exterior de uma personagem, o narrador se concentra nos aspectos psicológicos que unem mulher e barata em suas condições animais.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

11. Conforme a lei nº 6.956, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, responde a alternativa correta.

- a) O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro exerce com independência a função jurisdicional e tem as garantias de autonomia administrativa e financeira, observadas a Constituição da República, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro e as leis. Todas as decisões judiciais e administrativas dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro serão motivadas e os julgamentos públicos,
- b) O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do estado compõe-se de 170 (cento e setenta) Desembargadores.
- c) Não haverá expediente nos Órgãos do Poder Judiciário no dia 8 de dezembro.
- d) Em cada distrito e subdistrito das Comarcas do Interior e em cada área de atuação dos Serviços do Registro Civil na Comarca da Capital, haverá um juiz de paz e até três suplentes.
- e) Os Tribunais do Júri têm competência apenas para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

12. Conforme a lei nº 6.956, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, responde a alternativa incorreta:

Art. 24 O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores ativos, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Compete, exclusivamente, ao Tribunal Pleno:

- a) eleger os membros da Administração Superior do Tribunal de Justiça, na forma prevista no Regimento Interno.
- b) eleger o Diretor-Geral da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- c) eleger cinco desembargadores para compor o Conselho da Magistratura.
- d) decidir sobre criação, extinção, alteração ou modificação de competência dos órgãos julgadores de segundo grau.
- e) eleger dois Desembargadores e dois Juízes de Direito, e seus respectivos suplentes, para integrarem o Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

13. Sobre a lei nº 4.620 de 2005, marque a alternativa que indica todas as alternativas verdadeiras descritas nos itens abaixo:

I - É serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro todo titular de cargo de provimento efetivo, criado por lei e remunerado pelo erário estadual.

II - A jornada normal de trabalho dos cargos efetivos de que trata esta Lei será fixada em Regulamento, respeitada a prestação de 06 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais de trabalho, observada a legislação estadual específica.

III - As funções gratificadas somente podem ser ocupadas pelos serventuários ativos. Diferente dos cargos em comissão, que devem estar todos ocupados por serventuários, entre ativos e inativos.

IV - A denominação funcional do Analista Judiciário na Especialidade de Execução de Mandados é a de Oficial de Justiça Avaliador.

Estão corretas apenas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I e IV.
- e) I, III e IV.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Lilian Novakoski

14. Grande preocupação do Direito Internacional e Interno é zelar pelos Direitos das Pessoas com Deficiência. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Constituição Federal prevê de forma expressa que é vedada qualquer forma de discriminação e a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.
- b) A pessoa com deficiência não poderá sofrer nenhuma espécie de discriminação pela sua condição, mas não será obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.
- c) Acessibilidade é possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- d) Os serviços de saúde pública destinados a pessoas com deficiência devem assegurar atendimento psicológico somente para estes.
- e) Se uma pessoa com deficiência tiver de se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, o consentimento dela será prévio, livre e esclarecido para a realização dos procedimentos e, poderá ser suprido em situação de curatela.

15. Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, analise as afirmativas e assinale a correta:

- a) Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices, salvo condições diferenciadas em razão de uma deficiência, na prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.
- b) Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.
- c) Nos parques e espaços públicos devem contar com no mínimo 2% cada brinquedo e equipamento de lazer existentes e devem ser adaptados e identificados, tanto quanto tecnicamente possível, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida.
- d) A pessoas com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, devendo ter a garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e independente de pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa capacitada pela Justiça Eleitoral para auxiliar.
- e) Nos Os telecentros e as lan houses deverão ser disponibilizados computadores acessíveis no mínimo de 20% (vinte por cento) sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

16. Joana, deficiente auditiva, não consegue acessar informações no site do seu banco, por falta de acessibilidade. Maria, deficiente física, não consegue acessar um supermercado, pois falta elevador e rampas de acesso. Tais situações hipotéticas tratam de, respectivamente, barreiras:

- a) Atitudinais e Arquitetônicas
- b) Tecnológicas e Urbanística
- c) Comunicação e Informação e Arquitetônicas
- d) Tecnológicas e Atitudinais
- e) Comunicação e Informação e Urbanística

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thálius Moraes

17. Quando o servidor responsável deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação, conforme rege a Lei 8.429/92, praticará ato de improbidade que

- a) importa em enriquecimento ilícito, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- b) importa em prejuízo ao erário, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- c) atenta contra os princípios da Administração Pública, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- d) importa em prejuízo ao erário, sendo o dolo imprescindível para sua configuração.
- e) atenta contra os princípios da Administração Pública, não sendo o dolo imprescindível para sua configuração.

18. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Particulares não podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- b) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, independentemente de qualificação.
- d) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- e) A ação de improbidade administrativa pode ser proposta exclusivamente pela pessoa jurídica interessada.

19. Durante a pandemia do novo coronavírus, um Município contratou, com dispensa de licitação, uma sociedade empresária para construção de um hospital de campanha. Antônio, sócio administrador dessa sociedade empresária, pagou propina para o Prefeito Alberto, para que a contratação direta fosse feita com essa empresa, com valor superfaturado. Nessa hipótese, sem prejuízo das demais sanções previstas no ordenamento jurídico, à luz da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), em razão dos narrados atos lesivos à administração pública, essa sociedade empresária responde:

- a) objetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador Antônio responde subjetivamente;
- b) subjetivamente nas esferas cível e administrativa, assim como seu sócio administrador Antônio;
- c) objetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador Antônio não responde pessoalmente, para evitar o bis in idem;
- d) subjetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador Antônio não responde pessoalmente, para evitar o bis in idem;
- e) subjetivamente nas esferas cível e administrativa, e o sócio administrador Antônio responde objetivamente.

20. Conforme estabelece a Lei 12.846/13, o órgão competente para a eventual celebração dos acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira é

- a) o Congresso Nacional.
- b) a Controladoria-Geral da União – CGU.
- c) o Ministério Público Federal.
- d) autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública.
- e) o Supremo Tribunal Federal.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

21. Assinale abaixo o ente público ao qual NÃO se aplica a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021):

- a) tribunal de justiça.
- b) câmara de vereadores.
- c) empresa pública municipal.
- d) autarquia federal.
- e) entidade controlada indiretamente pelo poder público.

22. São hipóteses de inexigibilidade de licitação à luz da Lei 14.133/2021:

- a) locação de bem móvel.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de publicidade.
- c) objetos que devam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) ocorrência de guerra.
- e) produto exclusivo em razão de preferência por marca.

23. Assinale, abaixo, uma característica do pregão de acordo com a Lei 14.133/2021:

- a) possibilidade de adoção do critério “técnica e preço”.
- b) condução por agente de contratação ou comissão de contratação.
- c) obrigatoriedade de adoção para contratação de serviços comuns.
- d) possibilidade de adoção para aquisição de bens especiais.
- e) possibilidade de adoção para contratação de obras.

24. Selecione, dentre as alternativas abaixo, um dos atributos da polícia administrativa:

- a) discricionariedade, observada em todos os atos de polícia.
- b) vinculação, atinente aos contornos da liberdade do agente público competente para prática de atos de polícia.
- c) autoexecutoriedade, que afasta os atos de polícia do controle judicial.
- d) eficiência na prevenção e repressão das infrações penais.
- e) coercibilidade, fazendo que o conteúdo do ato de polícia seja imposto ao particular independentemente de sua concordância.

25. Segundo dispõem a Lei estadual 5.427/2009 e a Lei federal 9.784/1999, encerrada a instrução do processo administrativo, o interessado terá o direito de manifestar-se, em regra, no prazo máximo de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

26. Suponha que determinado policial civil lotado em uma delegacia do Estado do Rio de Janeiro, no exercício de suas atribuições, causou danos materiais a determinado particular. Neste caso, de acordo com a legislação brasileira e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito, é correto afirmar que:

- a) a delegacia de polícia poderá responder perante o particular pelos danos causados.
- b) o policial poderá responder perante o particular em uma ação judicial de reparação de danos.
- c) o Estado do Rio de Janeiro responderá pelos danos em questão perante o particular, desde que comprovada a falha na prestação do serviço.
- d) restando comprovado que o dano decorreu de situação de força maior, haveria mera atenuação da responsabilidade estatal.

e) O Estado do Rio de Janeiro responderá pelos danos em questão bastando que se comprove o dano e o nexo de causalidade com a atuação estatal.

27. Suponha que o Estado do Rio de Janeiro criou entidade descentralizada, por meio de lei específica, atribuindo-lhe a execução de atividades típicas da Administração, conferindo-lhe personalidade de direito público.

Nesta situação, pode-se afirmar que o Estado criou um(a):

- a) serviço social autônomo.
- b) autarquia.
- c) fundação pública.
- d) empresa pública.
- e) sociedade de economia mista.

28. Segundo prevê a Lei de Improbidade Administrativa, o agente público que doa, culposamente, com finalidade educativa, bens públicos, sem observância das formalidades legais aplicáveis, poderá se sujeitar a sanções de:

- a) ressarcimento integral do dano ao erário e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do dano causado.
- b) ressarcimento integral do dano ao erário e perda da função pública.
- c) multa de até 100 vezes a remuneração do agente público.
- d) proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de 8 anos.
- e) ressarcimento integral do dano ao erário e pagamento de multa civil de até 2 vezes o valor do acréscimo patrimonial indevido.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

29. A respeito dos princípios fundamentais enumerados no primeiro título da Constituição Federal, indique a única alternativa que contém informação INCORRETA:

- a) Plebiscito, referendo e iniciativa popular são exemplos de formas de exercício direto da soberania popular no Brasil.
- b) A indissolubilidade do vínculo federativo está expressa na Constituição Federal.
- c) Soberania, cidadania, prevalência dos direitos humanos, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político são fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a redução das desigualdades sociais e regionais são objetivos da República Federativa do Brasil.
- e) A concessão de asilo político não é um direito fundamental e não gera ao estrangeiro o direito subjetivo ao seu recebimento no Brasil, ainda que esteja sofrendo perseguição política em seu país.

30. Gastón é argentino nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, em viagem para a Argentina, após ter adquirido a nacionalidade brasileira, matou um antigo desafeto. Em 2021, a Argentina solicitou ao Brasil a extradição de Gastón. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Gastón poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Gastón não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição

Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

31. A respeito dos direitos e garantias individuais, aponte a assertiva correta.

- a) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo vedada a natureza paramilitar.
- b) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.
- c) As associações, independentemente de autorização, representam seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- d) É vedada a criação de mais de uma associação, da mesma categoria profissional ou com a mesma finalidade, dentro de uma mesma base territorial, que não poderá ser inferior à área de um município.
- e) A criação de associação, embora não dependa de autorização do Poder Público, exige o prévio registro junto ao órgão competente.

32. A respeito dos direitos políticos e dos direitos de nacionalidade, indique a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- b) Aos estrangeiros originários de países de língua portuguesa que tenham residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.
- c) O brasileiro que adquirir outra nacionalidade perderá a nacionalidade brasileira.
- d) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos; os maiores de sessenta anos e para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- e) Apenas o militar com mais de dez anos de serviço é elegível.

33. A respeito da competência para legislar sobre direito urbanístico, indique a alternativa incorreta.

- a) A competência legislativa é privativa da União.
- b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- e) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

34. Com relação ao Poder Judiciário, julgue as afirmativas a seguir

I. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

II. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o crime político.

III. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.

IV. Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

Pode-se afirmar que

- a) apenas I e II estão corretas.
- b) apenas III está correta.
- c) apenas II e IV estão corretas.

d) todas as afirmativas estão corretas.

e) nenhuma afirmativa está correta.

35. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

36. A respeito do Poder Legislativo, indique a assertiva correta.

- a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal
- e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Sobre os princípios gerais do processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz pode dar início e impulso oficial aos processos, ressalvadas as exceções legais.
- b) os advogados têm o dever de, na medida do possível, promover a solução consensual dos conflitos.
- c) as testemunhas colaboram com o juízo sem compromisso de cumprir com a boa-fé.
- d) em nenhum caso pode ser proferida decisão contra uma parte sem que ela tenha sido ouvida previamente.
- e) o juiz não deve zelar pelo efetivo contraditório, cumprindo às partes se manterem atentas quanto ao andamento processual.

38. Assinale a alternativa correta sobre a competência nos processos cíveis:

- a) se a União intervier em processo de falência, o processo deverá ser remetido para a Justiça Federal.
- b) a ação que diga respeito a direito real sobre bens móveis deve ser proposta no foro de situação da coisa.
- c) o foro do domicílio dos herdeiros é competente para conhecer de ações relativas à herança.
- d) o foro do domicílio do alimentante é competente para conhecer de ações que pedem alimentos.
- e) as ações sobre reparação de danos podem ser propostas no domicílio do autor ou do local do fato.

39. Os condomínios são representados em juízo:

- a) por seus procuradores.
- b) pelo inventariante.
- c) pelo administrador ou síndico.
- d) pelo administrador judicial.
- e) pelo curador.

40. Sobre o julgamento antecipado parcial do mérito, é correto afirmar que:

- a) é cabível no caso de inépcia da inicial.
- b) ocorre apenas quando o réu se mantiver revel.
- c) a obrigação reconhecida será sempre ilíquida.
- d) é impugnável por agravo interno.
- e) o título gerado pode ser objeto de cumprimento definitivo antes do término do processo original.

41. A respeito da sentença e seus efeitos, podemos afirmar que:

- a) há situações em que o juiz pode corrigir de ofício a sentença após a publicação.
- b) a hipoteca judiciária só poderá ser constituída quando não for possível o cumprimento provisório de sentença.
- c) decisão que resolve relação jurídica condicional não precisa ser certa.
- d) decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados não pode ser considerada fundamentada.
- e) é dispensado o relatório da decisão quando as partes convencionarem nesse sentido.

42. A decisão concessiva de mandado de segurança de competência originária de Tribunal poderá ser impugnada por meio de:

- a) mandado de segurança sucessivo.
- b) reclamação.
- c) recurso ordinário constitucional.
- d) recurso especial ou extraordinário.
- e) apelação.

43. Samanta é advogada de um processo que tramita no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Após julgamento pelo órgão colegiado desfavorável ao seu cliente, Samanta interpôs recurso extraordinário em face da decisão. O recurso foi inadmitido por um dos Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça sob o entendimento de que seria necessário o exame da legislação infraconstitucional para o julgamento. Samanta, para defender o interesse do seu cliente, deverá interpor o seguinte recurso, desconsiderados os embargos de declaração:

- a) agravo interno.
- b) agravo de instrumento.
- c) agravo em recurso extraordinário.
- d) reclamação.
- e) embargos de divergência.

44. Na forma da lei nº 11.419/2006, a intimação por meio eletrônico, caso a parte intimada não consulte o seu teor:

- a) deverá ser repetida por meio de publicação no Diário Oficial.
- b) será considerada automaticamente realizada após o período de 10 dias corridos da data de envio.
- c) será considerada automaticamente realizada após o período de 10 dias úteis da data de envio.
- d) será considerada automaticamente realizada após o período de 15 dias corridos da data de envio.
- e) será considerada automaticamente realizada após o período de 15 dias úteis da data de envio.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Renan Araujo

45. Foi instaurado inquérito policial para apurar suposta prática do crime de furto qualificado (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa), praticado em desfavor do Banco do Brasil. No curso do inquérito, o delegado de polícia representou ao Juiz pela decretação da prisão preventiva, para a conveniência da instrução criminal, tendo sido a prisão decretada e cumprido o respectivo mandado de prisão, estando preso o indiciado.

Nesse caso, o inquérito policial deverá ser concluído em:

- a) 15 dias, a contar da efetivação da prisão
- b) 15 dias, a contar da decretação da prisão
- c) 15 dias, a contar da instauração do inquérito policial
- d) 10 dias, a contar da efetivação da prisão
- e) 10 dias, a contar da decretação da prisão

46. No que tange à aplicação da lei processual penal no tempo, é correto afirmar que:

- a) a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas não prejudica a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior
- b) a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos que já estão em curso, mas somente em relação às fases processuais futuras
- c) a lei processual penal se aplica somente aos processos ainda não iniciados
- d) a lei processual penal se aplica somente aos processos ainda não iniciados, desde que relativos a fatos criminosos ocorridos após sua entrada em vigor
- e) a lei processual penal se aplica desde logo, inclusive aos processos em curso, desde que benéfica ao agente

47. Sobre a ação penal privada subsidiária da pública, assinale a alternativa correta:

- a) apesar de prevista no CPP, a ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionada pela Constituição Federal, conforme compreensão doutrinária dominante.
- b) embora incabível falar-se em perdão do ofendido nesse tipo de ação penal, em caso de negligência do querelante no curso da ação penal privada subsidiária, deverá o Juiz reconhecer a ocorrência de perempção.
- c) o MP poderá aditar a denúncia, inclusive em relação a aspectos essenciais
- d) deverá ser ajuizada no prazo decadencial de 06 meses, a contar da data do fato criminoso.
- e) será cabível o manejo da queixa-crime subsidiária em caso de arquivamento do inquérito policial.

48. Maria, 23 anos, foi vítima do crime de estelionato, em tese praticado por Bruno, 28 anos, sendo este um crime de ação penal pública condicionada à representação. O Juízo proferiu sentença absolutória, por falta de provas, mas ainda não houve o trânsito em julgado. Maria, que até então não atuava como assistente de acusação, pretende se habilitar. Nesse caso, é correto afirmar que a vítima:

- a) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, de forma que deverá ser refeita a instrução, proferindo-se nova sentença ao final.
- b) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, desde que ainda não tenha se iniciado o prazo para interposição de apelação.
- c) em caso de indeferimento do pedido de habilitação, deverá manejar recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias.
- d) não poderá mais requerer sua habilitação como assistente de acusação, eis que já proferida sentença de mérito.
- e) poderá requerer sua habilitação como assistente de acusação, recebendo o processo no estado em que se encontrar.

49. Joel, argentino, praticou no Brasil um crime de furto simples (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). O MP ofereceu denúncia em desfavor do infrator, perante a 01ª Vara Criminal de Belford Roxo-RJ, indicando como endereço para citação o número 1848 da Rua do Joaquim da Costa Lima, Piam, Belford Roxo-RJ. O Juízo recebeu a denúncia e determinou a citação do acusado no endereço indicado. Lá chegando, o Oficial de Justiça recebeu de vizinhos a informação de que Joel não mais residia no local, tendo se mudado há três meses, e que estaria residindo na Bolívia, já que teria conhecimento de que acabaria sendo processado criminalmente no Brasil. Após a certidão do oficial de Justiça, o Juízo diligenciou, mas não obteve o endereço exato de Joel.

Nesse caso, o acusado deverá ser citado:

- a) Por edital
- b) Por carta rogatória, endereçada ao Poder Judiciário da Bolívia
- c) Por carta rogatória, endereçada ao Poder Judiciário da Argentina
- d) Por hora certa

e) Por carta precatória

50. No procedimento comum pelo rito ordinário, de acordo com as disposições do CPP, é correto afirmar que:

- a) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente escritas.
- b) cada parte poderá arrolar até 08 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente escritas.
- c) cada parte poderá arrolar até 08 testemunhas, e as alegações finais serão orais, permitida a substituição por memoriais, em casos excepcionais.
- d) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, não havendo fase de alegações finais.
- e) cada parte poderá arrolar até 05 testemunhas, e as alegações finais serão necessariamente orais.

51. Acerca do Tribunal do Júri, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz, fundamentadamente, condenará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação em crime doloso contra a vida.
- b) Durante o julgamento em plenário não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte
- c) O desaforamento pode ser determinado por requerimento da defesa ou do MP, mas não por representação do Juiz.
- d) A sentença de impronúncia faz coisa julgada material, impedindo o ajuizamento de nova ação penal relativa ao mesmo fato, ainda que baseada em novas provas.
- e) Quanto à organização da pauta, terão preferência os acusados presos e, entre estes, aqueles que forem mais idosos. Havendo empate, terá preferência aquele a quem se imputar a autoria.

52. Rafaelle praticou crime de receptação (pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa), sendo primária e portadora de bons antecedentes. Considerando as circunstâncias narradas e presentes os demais requisitos legalmente previstos, é correto afirmar que:

- a) serão cabíveis a transação penal e a suspensão condicional do processo
- b) será cabível a suspensão condicional do processo, mas não a transação penal
- c) será cabível a transação penal, mas não a suspensão condicional do processo
- d) não serão cabíveis nem a suspensão condicional do processo nem a transação penal, pois não se trata de infração penal de menor potencial ofensivo
- e) não serão cabíveis nem a suspensão condicional do processo nem a transação penal, apesar de se tratar de infração penal de menor potencial ofensivo

LEGISLAÇÃO

Thiago Farias

53. Assinale o item incorreto considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

- a) Em qualquer hipótese, as custas devidas deverão ser pagas antecipadamente à prática do respectivo ato, ressalvada a gratuidade de justiça e os casos expressamente previstos em lei.
- b) O serventuário deverá certificar o correto recolhimento das custas e taxa judiciária, indicando de imediato eventuais valores faltantes.
- c) As custas referentes aos feitos judiciais de competência originária do primeiro grau de jurisdição serão pagas antecipadamente
- d) É vedada a baixa de processos judiciais que contenham débitos referentes às custas e à taxa judiciária, salvo expressa autorização normativa.
- e) O recolhimento de custas, emolumentos, taxa judiciária e acréscimos legais devidos em caso de paralisação total ou parcial da instituição bancária, será feito em até 5 dias úteis após a normalização do serviço.

54. Assinale o item correto considerando as disposições referentes aos processos sigilosos administrativos de reclamações e representações judiciais constantes do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

- a) As notícias de irregularidades atribuídas a magistrados de primeiro grau serão distribuídas, preferencialmente, na Divisão de Protocolo Administrativo (DGADM- DESOP -DIPAC).
- b) A notícia de irregularidade dispensa a expressa indicação do nome do magistrado envolvido.
- c) Na hipótese de defeito formal do requerimento, poderá o Corregedor-Geral da Justiça determinar a sua complementação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- d) Configurada a hipótese de improcedência manifesta ou não delineada a prática de qualquer infração disciplinar ou ilícito penal, o Corregedor-Geral da Justiça determinará seu arquivamento de plano.
- e) A divulgação das informações referentes aos processos sigilosos administrativos de reclamações e representações judiciais é livre, não gerando qualquer reprimenda àquele que divulgar as informações.

55. Considerando as previsões do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a atribuição de realizar a remessa de processos e correspondências, restauração de capas, apoio logístico, controle de material e de expediente, atendimento ao público bem como autuação e arquivo, quando for o caso, é da equipe de:

- a) processamento.
- b) preparação administrativa.
- c) plantão.
- d) digitação.
- e) estagiários.

56. Nos termos do Regimento Interno do TJRJ, é competência do Órgão Especial:

- a) eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça, os 03 (três) Vice-Presidentes;
- b) eleger o Diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro;
- c) deliberar sobre a concessão de licença aos Desembargadores.
- d) escolher os candidatos ao quinto constitucional do Ministério Público e da Advocacia que integrarão a lista tríplice.
- e) Dar posse ao Presidente, Corregedor-Geral da Justiça, Vice-Presidentes e ao Diretor da Escola da Magistratura.

57. Tendo em vista o previsto na Resolução do Órgão Especial nº 03/2021 e as atribuições da Comissão Permanente de Processo Disciplinar, vinculada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça, analise os itens abaixo:

- I - emitir certidões de inteiro teor de processos administrativos disciplinares
- II - anotar na ficha funcional dos servidores as penalidades aplicadas, de que ainda caibam recursos;
- III - apurar por meio de processos disciplinares a responsabilidade funcional e os atos praticados pelos servidores lotados na Corregedoria Geral da Justiça e no Tribunal de Justiça;
- IV - escolher os candidatos ao quinto constitucional do Ministério Público e da Advocacia que integrarão a lista tríplice.

Estão corretos os itens listados em:

- a) I e II, apenas
- b) II e III, apenas
- c) II e IV, apenas
- d) I, III e IV, apenas
- e) I e IV, apenas

58. Assinale o item incorreto considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

- a) As serventias judiciais funcionarão em todo o Estado, para atendimento ao público, das 11h às 18h, excetuando-se o regime especial dos juizados especiais e das varas da infância e da juventude
- b) Os comissários de justiça, psicólogos e assistentes sociais, poderão ter sua escala definida pela autoridade judiciária, em função de eventual necessidade de atuação em horário diferenciado.
- c) Os juizados especiais e adjuntos funcionarão, para atendimento ao público, no horário das 10h às 18h.
- d) O chefe de serventia não poderá se ausentar do cartório sem que nele permaneça quem legalmente o substitua.
- e) O substituto do chefe da serventia será designado, mediante indicação do titular, sem necessidade de anuência do juiz.

59. Assinale o item correto, tendo em vista as disposições constantes do Decreto Lei 220/1975:

- a) O funcionário gozará, por ano de exercício, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, que somente poderão ser acumuladas até o máximo de 3 (três) períodos, em face de imperiosa necessidade do serviço.
- b) Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o funcionário estável será posto em disponibilidade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço
- c) Será concedida licença por motivo de doença em pessoa da família, com vencimento e vantagens integrais nos primeiros 6 (seis) meses; e, com dois terços, por outros 6 (seis) meses, no máximo;
- d) A licença para o trato de interesses particulares será concedida com vencimentos por até 3 meses.
- e) Será concedida licença à gestante, com vencimentos e vantagens, pelo prazo de quatro meses, prorrogável, no caso de aleitamento materno, por no mínimo trinta e no máximo noventa dias, mediante a apresentação de laudo médico circunstanciado emitido pelo serviço de perícia médica oficial do Estado, podendo retroagir sua prorrogação até 15 (quinze) dias, a partir da data do referido laudo.

60. Nos termos do Decreto Lei 220/1975, as faltas sujeitas a penalidade de suspensão prescrevem em:

- a) 1 ano.
- b) 2 anos.
- c) 3 anos.
- d) 180 dias.
- e) 5 anos.



Estratégia
Concursos

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-13-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>